



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CAMPUS BINACIONAL DE OIAPOQUE
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLII
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO CIÊNCIAS HUMANAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

TÍTULO:

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS SOBRE A ALDEIA KUMARUMÃ E A EDUCAÇÃO
ESCOLAR ENTRE OS “GALIBI”**

IXTUA DJI KUMUNITE KUMAHUMÃ, EDUKASIÕ DJI LEKÓL ãTHE GALIBI

Discente:
Solei Botã Santos Silva

Orientadora:
Profa. Dra. Carina Santos de Almeida

Oiapoque, fevereiro de 2019.

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda fragmentos de memórias, histórias e narrativas acerca do contexto de constituição da principal aldeia do povo Galibi Marwono, a Aldeia Kumarumã, com ênfase na sua formação, bem como na implementação e consolidação da Escola entre o povo que paulatinamente passou a adquirir importância. Percebe-se que ao longo do século XX os “mun uaçá” ou “Galibi do Uaçá” vivenciaram transformações significativas na organização social e na espacialização de suas aldeias, motivadas sobretudo pela intervenção e atuação do indigenismo brasileiro entre os povos indígenas de Oiapoque a partir da década de 1930 e 1940. A pesquisa está pautada em referências bibliográficas sobre a temática e nas memórias e histórias narradas por uma das principais lideranças do povo do Uaçá chamada Paulo Roberto da Silva.

Palavras-chave: Histórias – Aldeia Kumarumã – Educação Escolar – Indigenismo – SPI

Hezum: Ha thavai dji kōkluziō dji kus ka pale dji situaciō dji fohmasiōdji phīsipal kumunite dji pov galibi marworno, ke fohmasiō biē kumã i te ka realize i te ka fomē lekol-la lādã pov-la dusumãdusumã i passe vāse i akōhã i passe sa ĩpohtã. Save tãdjilõtã mun Uaçá o Galibi dji Uaçá-iela viv boku thãxfohmasiō ki ĩpohtã lādã ohganizasiō sosial dji ha kote-iela i kumunite-iela, ki te ka ide fe ha thavai-iela a te ĩdjijenict dji bhwezil āthe pov ēdjē-iela dji uiapók dji lādã ānē dji mil néfsã thāt (1930) i mil néfsã kahāt (1940). Ha pexkiz-la make lādã liv dji ĩfohmasiō lādã i gãie tem dji memoa i dji ixtua-iela ki lidehãs ēdjē Paulo Roberto da Silva pale.

Pahol-chave: Ixtua – Kumunite Kumahumã – Edukasiō dji lekól – ĩdjijenict – SPI

SUMÁRIO

Considerações iniciais da pesquisa	04
1. Organização social do povo Galibi Marworno	08
2. A formação da Aldeia Kumarumã	14
3. O indigenismo e a Escola entre os Galibi a partir das memórias e histórias de uma liderança	21
Considerações Finais	32
Referências	33

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA

Meu nome é Solei Botã Santos Silva, resido na Aldeia Kumarumã, localizada na Terra Indígena Uaçá, assim, pertencço a etnia Galibi-Marworno. Sou filho do seu Paulo Roberto Silva e de dona Nazarina dos Santos Paixão, nasci no dia 18 de fevereiro de 1991 na cidade de Oiapoque, estado do Amapá e cresci na Aldeia Kumaumã. Iniciei meus estudos na Escola Indígena Estadual Camilo Narciso, onde conclui meu Ensino Fundamental, contudo, terminei meu Ensino Médio na cidade de Macapá, numa escola particular chamada Impáctus.

Por incentivo dos meus, conclui meu Ensino Médio na cidade de Macapá. Eles queriam que eu tivesse melhores estudos, que finalizasse de forma mais rápida que na aldeia e, que viesse a fazer o vestibular. Desejavam que, ao contrário dos outros jovens com a mesma idade na aldeia, eu pudesse termina logo o meu Ensino Médio, pois estávamos demorando muito para concluir uma única série, passavam-se anos para que conseguíssemos finalizar os estudos. Enfrentamos muitas dificuldades para terminar os estudos na Aldeia Kumarumã. Na minha época de estudo não havia o Sistema Modular de Ensino Indígena (SOMEI) que hoje funciona nas terras indígenas do Amapá e norte do Pará, éramos atendidos por uma educação escolar geral através do Sistema Modular de Ensino (SOME). Os professores não indígenas do SOME reclamavam muito da distância que percorriam para lecionar, bem como da irregularidade da energia na aldeia e comunidade, assim não queriam vir lecionar em nossa aldeia porque era a mais longe e distante de todas. A viagem até o Kumarumã é cansativa em comparação as outras aldeias indígenas de Oiapoque. O ensino era realizado por módulo, algumas vezes estudávamos três ou quatro módulos por ano, por vezes ficávamos todo o ano sem estudar.

Na época em que eu estudava no Ensino Médio na aldeia ocorreu uma situação temerária e desconhecida por nós até hoje, estava acontecendo em toda a comunidade o fenômeno chamado “crise”. A “crise” acometia apenas as moças jovens dentro da sala de aula, todos os dias. Não ocorria apenas com uma jovem, alcançava mais de cinco moças ao mesmo tempo. A comunidade do Kumarumã estava triste e preocupada com essas situações que transcorriam inclusive na escola. Esse cenário dificultou ainda mais a vinda dos professores não indígenas para a aldeia, que ficaram receosos e com medo de vir para

nossa aldeia. Havia casos em que o professor não indígena lecionava dez dias de aula e ia embora, outros permaneciam apenas uma semana, ainda, houve casos em que o professor se dizia doente e partia para Oiapoque e não retornava. Essa “crise” se instalava de forma muito forte nas jovens moças, quando chegava a noite ouvíamos “gritos” por todos os lados, muitas vezes os alunos não iam para aula estudar, os pais não deixavam as jovens irem para a escola por causa deste fenômeno chamado “crise” que atacava na escola e interrompia imediatamente as aulas. As atividades escolares só retornavam no dia seguinte se o fenômeno acalmasse. Assim, para terminar os estudos, muitos de nós resolvemos prestar exame correspondente a modalidade de ensino necessária fora da aldeia, na cidade, na escola não indígena. Encerrei meus estudos com a aprovação em exame final de Ensino Médio, vulgarmente nominado como “exame de massa”, realizado em uma escola privada na cidade de Macapá no dia 24 de abril de 2012.

Quando fiz o vestibular para estudar no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) confesso que estava muito nervoso, foi a primeira vez que participei de um vestibular logo em seguida ao término do Ensino Médio. Apesar do nervosismo, consegui passar na prova e tanto eu quanto minha família ficamos muito felizes, pois meus pais me deram grande força para que eu continuasse os meus estudos na universidade e em um curso específico. Quando comecei a estudar na universidade, na CLII, meu objetivo era adquirir conhecimentos com os outros povos, assim como, também, sobre a minha própria cultura Galibi-Marworno, compreender a história, os saberes, a origem de meu povo e da minha Aldeia.

Atualmente, sou professor do contrato pela Prefeitura Municipal de Oiapoque, trabalho na Escola Municipal Anexo Manaú desde abril de 2018, localizada em uma das aldeias novas do meu povo no rio Uaçá, Aldeia Manaú. Atuo em sala de aula com alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) estudei sobre o contexto de constituição da principal aldeia do povo Galibi Marwono, a Aldeia Kumarumã, com ênfase na sua formação, bem como na implementação e consolidação da Escola entre o povo. A conhecida Aldeia Kumarumã representa hoje a maior aldeia dos Galibi e, em tempos passados, era chamada de Santa Maria. Assim, esse estudo me possibilitou adquirir mais conhecimentos sobre a minha própria história a medida que desenvolvia o contato com as pessoas mais antigas da Aldeia. Para isso, foi necessário procurar e registrar

informações que surgiram das entrevistas e conversas com algumas pessoas para (re)construir a trajetória histórica de formação do Kumarumã.

A proposta deste estudo acadêmico é que ele se torne uma referência de pesquisa na comunidade, para que todos os alunos tenham acesso e conheçam o contexto de formação de nossa Aldeia e Escola. Da mesma forma, este estudo possibilita certo suporte de conhecimento para a ação das nossas lideranças, como o cacique e seus conselheiros, contribuindo para que tenhamos um documento que registre as histórias de constituição e organização da nossa comunidade. Outrossim, representa o registro de nossas histórias e memórias em um documento escrito e passível de ser lido por muitas pessoas e gerações no presente e no futuro.

Na universidade estudamos muito sobre os povos indígenas do Amapá e norte do Pará, sobretudo porque nosso curso caracteriza-se por ser intercultural, são várias culturas que se encontram na universidade para estudar sobre os diferentes costumes, línguas, etnias e histórias dentro de uma sala de aula. Cada povo fala da sua comunidade e do modo de vida, como viviam no passado, como se formaram as aldeias, então, a partir dessas aulas interculturais discutimos com os professores e colegas nossos temas e curiosidades de pesquisa. Me interessei em estudar a formação da Aldeia Kumarumã e a educação escolar do povo Galibi Marworno do rio Uaçá, porque queria saber sobre a trajetória histórica do meu povo, nossas origens, de onde viemos, como os nossos avós viviam, como era a organização social no passado, que tipo de educação as famílias davam aos filhos, como ensinavam e, de que maneira se comunicavam uns com os outros.

Este TCC visa compreender vários elementos históricos importantes sobre o passado recente do povo Galibi – no contexto de chegada e afirmação do Serviço de Proteção aos Índios no Uaçá – considerando a constituição espacial e o (re)ordenamento territorial das famílias que moravam até então umas distantes das outras, habitando em diversas ilhas esparsas situadas no rio Uaçá. Nessa perspectiva, procurei entender algumas questões pertinentes para este estudo, como o contexto de surgimento do nome da Aldeia Kumarumã, nossa composição sociocultural no século XX e a adoção do etnônimo Galibi Marworno para denominar o povo que vivia ao longo do rio Uaçá, uma vez que nossos antepassados não se autorreconheciam tão somente como “Galibi” e nem “Marworno”, mas como “mun uaçá”, conforme descreve os estudos de Erika Wane Nunes em seu TCC defendido no ano de 2018:

Os meus entrevistados, sobretudo os idosos, usam em suas narrativas a expressão “mun uaçá” quando se referem ao nosso povo no tempo passado. Dizem que àqueles que moram no Rio Uaçá são “mun uaçá”, ou seja, são pessoas do Uaçá, expressão comum na língua Kheul das falas dos idosos, como de Dona Maria Ana, Mosiana e entre outros. (NUNES, 2018, p.04).

O etnólogo Curt Nimuendajú esteve em Oiapoque em 1925 e circulou entre os povos indígenas regionais. Conheceu os “índios do Uaçá”, que se autodenominam de “Moune Ouassá” ou “Gente do Uaçá” e, conforme explica, também se nominavam de “galibi”, “aruã”, “maraón”, “chinês”. O termo “maraón” está relacionado com a expressão “marworno” adotado posteriormente. Nimuendajú explicou que havia entre essa população do Uaçá certa “[...] mescla de elementos índios já bastante complicada”, na qual se agregou “[...] mais uma série de componentes de outras raças humanas de disparidade ainda maior: da Guiana Francesa vieram creolos, chineses, árabes e, talvez ainda, representantes de outros povos, do Brasil mestiços de origem índia, africana e europeia, além de italianos.” (NIMUENDAJÚ, 1926, p.61 [livre tradução]). Precipitadamente, o etnólogo informou que este povo se encontrava “deculturado” devido as relações de contato com os não índios:

[...] tanto os Aruã como os Galibi, ao se concentrarem no Uaçá, já tinham a influência de missionários adotando pelo menos exteriormente o cristianismo; certamente já estavam muitíssimo deculturados. A consequência foi que, aldeando-se no Uaçá, na vizinhança dos Palikur, ainda relativamente fortes e conservadores de sua cultura, eles ficaram na sua orbita cultural, assimilando-se da maneira mais completa. (NIMUENDAJÚ, 1926, p.61 [livre tradução]).

Para podermos compreender e analisar o tempo presente, nossa atual organização social, é necessário estudar a organização social do passado, bem como as mudanças e as transformações que alcançaram nosso povo ao longo da trajetória histórica (passado e presente). Este estudo permite alcançar e perceber situações fundamentais para a constituição histórica do povo Galibi do rio Uaçá que, no transcorrer do século XX, adquiriu a autodenominação “maraón” ou Marworno.

Antes da atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os povos indígenas de Oiapoque não existia no rio Uaçá uma Aldeia principal ou nuclear que reunissem todo ou grande parte do povo Galibi Marworno. Nesse passado as famílias viviam dispersas nas ilhas situadas ao longo do curso do rio Uaçá. Cada família morava numa ilha, na época as pessoas não tinham esse costume de se reunir em um só lugar, por sinal, não havia escola para as crianças estudarem. É por isso que as pessoas não se reuniam para ficar concentradas em um só lugar, não havendo uma aldeia principal na época. Antes da

atuação do SPI entre o povo as famílias moravam nas ilhas e não se comunicavam frequente ou diariamente, pois existem ilhas que ficavam muito distantes umas das outras, exigindo que a locomoção fosse realizada através de canoa, para que pudessem conversar ou se comunicar. Naquela época, a densidade demográfica, a concentração populacional nas ilhas, era pequena, sendo estas ilhas em grande parte cobertas por mata densa, constituindo um outro ritmo de vida.

O trabalho foi desenvolvido a partir das memórias e histórias compartilhadas sobretudo pela liderança Paulo Roberto da Silva, meu pai, quem me deu suporte para conhecer o passado e, ao mesmo tempo, me apresentou narrativas que eu desconhecia e que são importantes tanto para a minha vida, como um “mun uaçá” ou Galibi do Uaçá, quanto para meu caminho como professor pesquisador. Meu principal narrador Paulo nasceu em 1º de abril de 1952 na Aldeia Kumarumã, ao longo de sua vida se destacou como uma importante liderança do povo Galibi e foi cacique por 30 anos do Kumarumã, também foi chefe do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CCPIO) durante anos, vindo inclusive a exercer a função de vereador por dois mandatos na Câmara Municipal do Município de Oiapoque. Este TCC contou como apoio da minha esposa Erika Wane Nunes, da minha irmã Jaciara Santos da Silva e do cacique José Forte Galiby que contribuíram imensamente para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, este TCC é resultado do diálogo entre o passado e o presente, entre as minhas poucas experiências de vida e memórias com as extensas e profundas narrativas da liderança Paulo, meu pai.

1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO GALIBI MARWORNO

O povo Galibi Marworno vive sobretudo na região do rio Uaçá, em grande parte na principal Aldeia Kumarumã. Recentemente surgiram novas aldeias nas cercanias do Kumarumã, retomando um aspecto importante da organização espacial do povo, que no passado vivia disperso em várias ilhas. Agora os filhos e netos, os bisnetos, enfim, algumas famílias estão procurando retornar para as ilhas que até por um certo tempo atrás estavam abandonadas ou esvaziadas.

Os Galibi Marworno são cada vez mais numerosos no Kumarumã, fenômeno singular e decorrente do crescimento demográfico que alcança os povos indígenas nas

últimas décadas. Apesar do povo ressignificar sua organização social, surgem novas transformações com o decorrer do tempo, como uma organização social pautada na atuação de homens, mulheres e dos jovens articulados de forma comunitária para decidir e traçar os rumos dos projetos societários e do bem viver para seu povo.

A comunidade realiza reuniões internas que ocorrem mensalmente, as lideranças participam ativamente de reuniões externas e costumam quando retornam para a aldeia repassar as informações pertinentes a todos. Os moradores da aldeia fazem a limpeza na comunidade mensalmente, ou ainda, quando o “mato” cresce de maneira rápida. Para o abastecimento de energia na comunidade, costumam coletivamente subsidiar, no mês, com o recolhimento de dinheiro, o frete de um barco de uma família que vai buscar óleo diesel na cidade de Oiapoque para trazer a “cota” disponível que é fornecida pelo governo estadual.

Segundo os dados coletados com lideranças do povo e com a FUNAI (2017), atualmente o povo Galibi Marworno está disperso em várias aldeias, conforme destaca o quadro a seguir:

Quadro 1: Lista com o nome das aldeias do povo Galibi Marworno (2017 e 2019)

	NOME DA ALDEIA	CACIQUE	POPULAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	TERRA INDÍGENA
1	Kumarumã	Alex	1749	Rio Uaçá	Uaçá
2	Aruatu	Manoel Labonté/Amarildo	28		
3	Karibwen	Adailson dos Santos Narciso	Sem dados		
4	Manaú	José Forte Galiby	Sem dados		
5	Maji	Orivaldo	Sem dados		
6	Kaxiwahi	Mario Charles	Sem dados		
7	Paraiko	Guisel	26		
8	Tukuyui	José Palikur	Sem dados		
9	Flamã	Alailton	Sem dados		
10	Paramuwaka	Manoel Nazário dos Santos	Sem dados		
11	Flecha	João Colares	60	Rio Urukawá	Juminã
12	Tuluhi (Km 23)	Odimar Hortencio	6	BR 156	
13	Samaúma (Km 85)	Germano	66		
14	Tukay (Km 91)	Dinho Charles	96		
15	Anawerá (Km 110)	Ludivaldo dos Santos	6		
16	Wahá	Adelson Nunes da Silva	146	Rio Oiapoque	

Fonte: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 2018.

A principal fonte econômica das famílias Galibi Marworno assenta-se na fabricação da farinha, destinada a subsistência e seu excedente ao mercado consumidor e comercial

no município de Oiapoque (Brasil) e de Saint George (Guiana Francesa), além da promoção da caça e pesca local, coleta de frutas e da produção de artefatos e artesanatos. Não obstante, existem outros meios de subsistência econômica e profissões atuando na área indígena, como professores do contrato ou concursados da Prefeitura de Oiapoque e do Estado do Amapá, agentes indígenas da saúde, técnicos de enfermagem, comerciantes, contudo, apesar do envolvimento nestas atividades, todos os Galibi Marworno continuam constituindo suas roças para consumo familiar, pois todos consomem e alguns comercializam.

Essa concentração do povo na Aldeia Kumarumã é decorrência da atuação do indigenismo, influenciando nossos antepassados através dos agentes do SPI, que seduziu e convenceu as famílias que viviam dispersas nas ilhas do rio Uaçá a migrar e a se concentrar em um único local. O relato de Paulo Roberto da Silva, uma das lideranças dos Galibi Marworno, evidencia exatamente a dispersão espacial do povo quando informa que no passado “não eram aldeados”:

Antes da Aldeia de Kumarumã eles [Galibi Marworno] viviam por famílias, não eram aldeados, eles moravam nas ilhas, eles só usavam dos brancos só o fósforo, antes eles faziam o fogo com a pedra, porque o sal usavam muito pouco, roupa não usavam na época, só em algumas ocasiões, o fogo durava semanas, sem apagar.

Segundo explica Erika Nunes (2018), a principal motivação para essa concentração dos “mun uaçá” no Kumarumã reside no agenciamento do SPI e na implementação da escola, seu TCC e as entrevistas que conseguiu em sua pesquisa evidenciam claramente que a escola foi um fator decisivo para atrair e reunir as famílias dispersas:

No passado os “mun uaçá” viviam em ilhas distantes da atual Aldeia Kumarumã e, nesse tempo, cada família tinha sua própria “ilha”, onde vivia duas, três ou mais famílias. Essas famílias “mun uaçá” habitavam nas ilhas Uruku, Pos, Suraimum, Biskót, Manaú, Arãpuk outras, pois nesse tempo ainda não havia muitas famílias morando na Aldeia Kumarumã. Dessa forma, as famílias que moravam dispersas nas ilhas foram chamadas para morar no Kumarumã, algumas foram convidadas pelo “kapiten” Camilo Narciso, outras pelo “ghã xéf” Eurico Fernandes, destas poucas recusaram a mudança, mas cederam e levaram os filhos para frequentar a escola na Aldeia Kumarumã. Por sinal, Dona Mosiana explica que alguns “mun uaçá” se recusaram muitas vezes de sair de suas ilhas-aldeia, somente resolveram se mudar quando foram chamados pelo agente do “guvélmã” Eurico Fernandes. (NUNES, 2018, p.10).

A entrevista de dona Maria Mosiana, cedida a Nunes e disponibilizada a este trabalho, esclarece que havia uma organização social muito própria das famílias no Uaçá, que costumavam se reunirem momentos de festas para dançar:

[...] antigamente as pessoas não moravam assim, todo mundo junto, como é agora, era duas ou três famílias morando em uma ilha. Uma família aqui nessa ilha, outra lá, longe. Era assim que viviam. Era só em momento de festas que as pessoas se encontravam, vinha gente de quase todas essas ilhas, só pra dançar, a dança era londo.¹ (Entrevista com Dona Maria Mosiana, que nasceu em 08 de setembro de 1919, cedida a Erika Wane Nunes em 13 de janeiro de 2017).²

Antigamente o meu povo residia nas ilhas situadas ao longo do rio Uaçá – Uruku, Pós, Suraimũ, Biskót, Manaú, Arãpuk – como informou a entrevista de dona Maria Mosiana. Não viviam todos reunidos ou concentrados em um só lugar, situação que hoje traz implicações sérias para a organização social atual. Cada família pertencia a uma ilha e, em algumas ilhas, haviam mais de duas famílias residindo, contudo, praticamente em todas as ilhas próximas a atual Aldeia Kumarumã viviam famílias “mun uaçá”.

Seu Paulo traz elementos importantes para a compreensão sobre a organização social do povo, num tempo em que a própria cidade de Oiapoque não existia. Explica que antes de viverem no Kumarumã, raramente adoeciam e recebiam o auxílio do “pajé”, personagem importante, mas que não tem mais no Kumarumã:

Ciclo de vida eles não se preocupava com nada pouco adoecia, ou seja na época tinha poucas doenças, o deus deles era o pajé, esse pajé curava eles, eles tinham muito respeito por ele, tudo que ele falava era verdade, para eles as festas os cânticos, os homens só caçavam e as mulheres era quem fazia tudo naquela época, não tinha espingarda, mais eles tinha as flechas, a cidade de Oiapoque não existia era mais a comitiva dos padres.

Este narrador explica também as relações étnicas construídas no passado, pautadas na mistura e na mestiçagem e, apresenta a percepção de que os “brasileiros” eram “civilizados”:

[...] os nossos avós eles contavam que eles vieram fugindo das pessoas que são civilizados, os brasileiros, depois do descobrimento do Brasil, eles vieram do Pará, das ilhas do Marajó e vieram ficar aqui no rio Uaçá, vizinho com os Palikur, são dois povos diferentes de língua, por este motivo eles brigavam por causa do território, depois de passar anos eles foram se misturando ou seja mestiçando. Antigamente o povo Galibi Marworno vivia espalhado nas ilhas do rio Uaçá, eles não eram reunidos em um só lugar, todas as ilhas do rio Uaçá eram ocupadas por famílias.

Quando iniciou essa concentração a população era pequena, Nimuendajú que esteve entre os povos indígenas de Oiapoque em 1925, informa que os “moune ouassa” eram aproximadamente 160 almas, vivendo dispersas pelo rio. Hoje, segundo os dados da

¹ Londo é um ritmo musical que os afrodescentes desenvolveram na América.

² A entrevista de dona Maria Mosiana foi disponibilizada por Erika Wane Nunes a esta pesquisa.

FUNAI (2017) somos cerca de 1749 pessoas vivendo apenas na Aldeia Kumarumã. Conseqüentemente, surgem os problemas típicos da concentração demográfica, como a questão do lixo, o surgimento de muitas doenças decorrentes da circulação e promoção de eventos e pessoas na comunidade, assim como a escassez de terras para a construção de casas residenciais, entre outros.

Atualmente existe um movimento de reordenamento situacional do povo Galibi Marworno, com o retorno às aldeias menores do Uaçá, contudo, apesar das famílias desejarem sair da aldeia principal em virtude das dificuldades encontradas no cotidiano, muitas vezes não conseguem por vários motivos. Um dos principais consiste em que os filhos estão estudando no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e são poucas as pequenas aldeias do Uaçá que possuem escola para se estudar. Muitas famílias não querem sair do Kumarumã porque já tem suas casas, outros já trabalham na aldeia e os filhos jovens se acostumaram com o estilo de vida, com energia disponível até a meia noite, televisão, internet, entre outros atrativos contemporâneos.

Dentre as novas aldeias do povo com escolas funcionando estão Aldeia Manaú, com a Educação Infantil 1º e 2º ano, e 3º ano do Ensino Fundamental, Aldeia Flamã, com Educação Infantil e 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, Aldeia Paramuwaka, com 1º e 2º ano da Educação Infantil e 4º ano do Ensino Fundamental as demais aldeias ainda não tem escolas em funcionamento.

O Kumarumã além de ser a principal aldeia dos Galibi Marworno, centraliza, de longa data, a sede da educação escolar do povo do rio Uaçá. A Escola Indígena Estadual Camilo Narciso, hoje atende toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental ao Ensino Médio, também atende a educação de jovens e adultos (EJA). As pequenas aldeias não possuem uma educação escolar que acolha verdadeiramente a todas as crianças e jovens em idade escolar, assim, a Escola Camilo Narciso recebe os estudantes sobretudo a partir das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio.

Todavia, não é possível que para estudar as crianças e jovens se desloquem todos os dias de suas aldeias de moradia para a aldeia principal. As menores aldeias não possuem transporte para levar, diariamente, os alunos para estudar até a Aldeia Kumarumã, pois estão um pouco longe. De canoa, a remo, não é possível ir e vir todos os

dias ao Kumarumã. As aldeias Flamã e Paramuwka são as últimas situadas à montante no rio Uaçá, estão muito longe, a uma distância de aproximadamente 5 horas à remo na canoa. Dessa forma, a solução consiste em os alunos residirem no Kumarumã para terminar os estudos, sendo que alguns costumam no final de semana retornar as suas casas nas aldeias menores.

Tem famílias que estão saindo da Aldeia de Kumarumã porque esta cresceu muito e, cada vez mais está crescendo, pois, a população também aumenta. Algumas famílias resolveram morar em outras ilhas e fundar novas aldeias, com o objetivo de ter melhorias de vida. Por sinal, Kumarumã cresceu muito e as roças, onde plantamos mandioca e por vezes banana, ficaram muito distantes da aldeia e mais perto das outras aldeias. No Kumarumã não temos mais terras para fazermos roça e não temos mais terreno ou espaço para as moradias das novas famílias ou novos casais.

Por outro lado, as memórias de seu Paulo mostram certo saudosismo do tempo em que o povo vivia disperso pelo território do Uaçá, circulando ou “passeando” pelas ilhas durante o “inverno”, organizando suas roças no “verão”, “desfrutando da beleza da natureza”:

Estação. só o inverno e verão. No inverno a água crescia no campo, eles viviam passeando nas ilhas, nos lagos e desfrutando da beleza da natureza, se alimentando das frutas da época. No verão, eles faziam as roças pequenas só para plantar o necessário, o resto do tempo eles saiam de suas casas e iam morar na beira do rio, só para aproveitar das farturas que existe no rio, peixes, ovos de pássaros e outros.

Conversei com o cacique José Forte Galiby da Aldeia Manaú, que fica acima do Kumarumã e perguntei-lhe por que não vinham mais famílias para residir na aldeia. Ele respondeu que as pessoas lhe disseram que somente iriam morar na sua aldeia se tivesse “emprego” garantido para os filhos, nessa condição morariam lá. Nas aldeias novas cada família faz sua casa, tem seu próprio terreno e também tem espaço para os filhos que ainda não se casaram. O narrador Paulo destaca que no passado não existia essa vida ligada a dinheiro, comércio, compra, venda, enfim, que o nosso povo tinha autonomia necessária para viver, com qualidade de vida, sem “ambição de nada” e “sem preocupação”, ou ainda, “naquela época o índio não tinha nada, mas não devia em comércio alguma”:

Comércio não existia na época, era tudo doado ou troca, o que eles se interessava não tinha ambição de nada, não sabia o que era comprar, não comprava nada, nem deviam, eles estavam sem preocupação, diferente de hoje, quando o índio não vai dever no comércio, é alguém que faz de tudo para que a gente fique devendo, depois, vem cobrar, naquela época o índio não tinha nada, mas não devia em comércio alguma.

2. A FORMAÇÃO DA ALDEIA KUMARUMÃ

Cresci no Kumarumã e, desde pequeno é comum acontecer todos os anos, em agosto, uma festa em homenagem a padroeira da aldeia: “Santa Maria”. Na minha época de criança, lembro-me da Festa de Santa Maria, a padroeira da Aldeia Kumarumã. A festa de Santa Maria era realizada em dois momentos, nos dias 04 a 06 de agosto se chama levantamento do mastro e o segundo momento era chamado de derrubação do mastro que será realizado entre os dias 14 a 16 de agosto. Recordo-me que eram festas muito grandes, na época as pessoas vinham para dançar, inclusive, o pessoal da aldeia fazia um torneio de futebol e muitas pessoas de outras aldeias participavam do torneio, como os parentes Karipuna e Palikur e os não indígenas “cacipeiros”, que residem na Vila Velha do Caciporé. Assim, enquanto uns vinham para jogar, outros dedicavam-se a dançar na Festa de Santa Maria.

Na época algumas pessoas (15 a 20) e/ou famílias que chamamos de “festeiros” trabalhavam o ano todo para promover financeiramente a Festa. Os visitantes de outras aldeias recebem apoio (moradia, alimentação e bebida) no Kumarumã para permanecerem durante os três dias de Festa. Os festeiros são responsáveis por fornecer as comidas, as bebidas e, algumas vezes, por alugar o “som” do evento. Por sinal, buscam uma pessoa na cidade de Oiapoque que irá tocar e/ou cantar na Festa ou que irá reproduzir as músicas como DJ.

Os festeiros e a comunidade compravam o óleo diesel do motor do gerador de luz que funcionaria durante os dias de Festa. O evento começa no final da tarde do primeiro dia, os pais vão para o casarão amarrar as redes onde os filhos irão dormir a noite, enquanto eles se divertem, bebem e dançam até a madrugada, ou, até a manhã do dia seguinte. No outro dia, enquanto quase todos descansam, os festeiros providenciam o almoço para ser servido no casarão após o bater dos sinos. Então, reinicia a Festa que, conforme o fluxo de pessoas, pode avançar à noite. No terceiro dia, chamado de “lave sodje”, algumas pessoas vão às casas dos festeiros comemorar, beber, comer, mas também

limpar, lavar as panelas, enfim, deixam tudo organizado no encerramento dos festejos. O último dia é quando os “festeiros” de fato se divertem e descontraem, sem as responsabilidades de prover a Festa aos convidados.

Com o passar do tempo, reduziu os “festeiros” que promoviam a Festa de Santa Maria, pois muitas famílias deixaram de ser católicas e passaram a ser evangélicas. Hoje, quase não se faz mais a Festa de Santa Maria na Aldeia de Kumarumã. Apesar de ainda haver muitos católicos, estes não realizam a Festa em sua magnitude como no passado, assim, as pessoas individualmente são responsáveis por comprar suas bebidas e comidas. Também são poucos àqueles que costumam ir à Festa, e quando o vão, o evento começa mais tarde e termina mais cedo, não alcança mais o alvorecer.

A Aldeia Kumarumã também é conhecida como a Aldeia Santa Maria dos Galibi. Esse nome aparece em muitos documentos mais antigos e nas memórias dos mais velhos. Seu Paulo informa que nós costumávamos fazer muitas festas: “festas todos os anos, principalmente dos peixes, das caças, enfim, de alguma coisa que eu citei. Festas tradicionais só depois que entrou algum civilizado, que falava de Deus, que trouxe as festas de Santa Maria, Santa Luzia, São João e outros.” Essa afirmação de seu Paulo deixa claro que há uma influência externa de tradição cristã e católica na nomeação da “nova” aldeia do meu povo.

Agora este nome de Santa Maria, eu não sei quem colocou... os não índios que vinham de fora naquela época, eles não tinham controle das pessoas que entravam, eles não tinham idéia de terra demarcada ou terra indígena. Os invasores tinham plena liberdade então, os religiosos apelidaram a aldeia de Santa Maria e que eles também colocaram como padroeira da aldeia, Santa Maria assim começou a nossa história...” (PAULO)

Nimuendajú (1927, p.67) comenta que os índios do Uaçá costumavam ir à Guiana Francesa, por vezes, para serem batizados, pois o a atuação da Igreja católica brasileira não alcançava povo:

[...] todos os índios do Uaçá são batizados em St. Georges no Oiapoque. No centro de sua região existe uma capela feita de tábuas coberta de folha de zinco, uma relíquia do tempo dos franceses, quando um padre ainda fazia ali suas visitas regulares; nos 25 anos do governo brasileiro isto aconteceu, ao me consta, uma única vez.

“Si bõ djie u-ler”, que na tradução do Kheóul significa “se Deus quiser”, é uma expressão muito comum entre o meu povo. Porém, Nimuendajú no início do século XX ressalta que, apesar disso, para ele pouco temos presente em nossa sociedade de

elementos vinculados ao cristianismo, outrossim, destaca que ouviu “falar” que fazíamos “uma festa de Santa Maria”, dirigida inclusive por um pajé “mestiço de chinês” chamado Evariste, assertiva que comprova que a “Festa de Santa Maria” é muito antiga entre nós:

Além desta capela, do batismo e da constante frase “si bon Dié v’ler” não sei em que possa consistir o cristianismo desta gente ouvi porém falar por diversas vezes de uma festa de Santa Maria que iam fazer daí a alguns meses, e cujo diretor costuma ser o pajé Evariste, um mestiço de chinês.

O nome atribuído a Aldeia Kumarumã costuma ser explicado por nós de duas formas. No TCC de Erika Nunes (2018), a professora pesquisadora explica que uma de suas entrevistadas em 2015, poucos meses antes do falecimento, dona Conceição dos Santos –que era minha avó, mãe da minha mãe e nasceu no dia 05 de agosto de 1918 – disse-lhe que, possivelmente, o nome da Aldeia Kumarumã pode ter sido consequência do “fato de ter sido um local coberto de mato e denominado na língua como ‘ahumã’.” Por outro lado, este mesmo estudo indica que não há consenso sobre a origem da nomeação da aldeia, pois outros entrevistados, Romildo dos Santos e Sérgio dos Santos explicam que o surgimento do “[...] nome Kumarumã refere-se a uma homenagem a um antigo morador que havia neste lugar, essa primeira pessoa que residiu neste lugar e era um pajé chamado Arumã. Relatam que ouviram essa explicação do senhor Jacque, conhecido como José Antonio Charles.” (NUNES, 2018, p. 08).

Esta explicação sobre o nome do Aldeia Kumarumã pautada nas duas histórias “ahumã” ou “guarumã” e no nome de um indígena ou pajé, também é reforçada nas memórias de seu Paulo:

Este nome kumarumã, não sei bem. Eu não tenho certeza verdadeiramente o que significa, minha mãe me falava porque a ilha tinha muito guarumã. Não sei explicar mais. Não é uma árvore, é uma planta que se aproveita a tala para fazer peneira, tipiti e outros artesanatos. Outras pessoas falam que tinha um índio por nome kumarumã, por isso colocaram o nome da ilha assim.

Segundo explica Nunes (2018, p. 08) em seu estudo, a formação da ilha ou Aldeia de Kumarumã, está relacionada com a concentração do povo, através do surgimento da escola, do chamamento e “atração” do SPI entre os “mun uaçá”. A pesquisadora esclarece que no início “[...] os indígenas da região não aceitaram diretamente o contato com os agentes do SPI no Rio Uaçá”:

Concentrar o povo facilitava estreitar as relações e a implantação da escola na Aldeia, no tempo do presidente Getúlio Vargas, procurou conduzir as crianças

indígenas para aprender a ler e escrever em português, num contexto de nacionalização e integração dos povos indígenas brasileiros.

Seu Paulo, que também cedeu entrevista a pesquisadora, explicou-me que o SPI através do agente chamado “Eurico Fernando” “colocou na cabeça do líder que nós tinha que morar só num lugar e morar junto só num local, e isto não aconteceu do dia pra noite, durou anos, porque os índios não se davam bem uns com os outros.” Pode-se então depreender da explicação de seu Paulo que a constituição populacional da Aldeia Kumarumã foi um processo que levou anos. O líder ao qual seu Paulo se refere é o “capitão Camilo Narciso”, que segundo explica foi o “primeiro morador” de Kumarumã, junto com o seu “tio” que “os brancos apelidaram pelo nome de Manjó Joanê”; ambos estavam em estreito contato com o SPI. Seu Paulo também esclarece que a “construção da escola” teve influência direta na constituição da aldeia:

Então foi este chefe que nos obrigou a se unir por causa da construção da escola, mas os meus avós falavam que teve um casal que veio de Belém, deu não sei quantos meses de aulas para os índios, mais não durou ano, não foi em Kumarumã, foi numa ilha que fica ao longo do rio chamada de Posto Velho (Pós). Não sei quem deu este nome lá. Eles apelidaram a ilha, eles improvisaram uma sala para eles estudarem. Mas não deu certo! Teve que voltar. Parece que aconteceu um acidente e ele teve que retornar. Depois durou anos, depois que chegou este chefe Eurico Fernando.

Nas palavras de Paulo Silva surgem informações sobre a primeira escola entre o nosso povo, que se iniciou em uma ilha conhecida como Pós ou Posto Velho. Contudo, depois de um certo tempo aconteceu um “acidente” que paralisou o funcionamento da escola na ilha. Em umas das entrevistas cedidas à Erika Wane (2018, p. 22), dona Mosiana conta sobre o tempo que estudou nessa primeira escola e sobre certo “acidente” com uma arma de fogo. O TCC de Erika Wane e o Projeto Político Pedagógico da Escola Camilo Narciso (2015) fazem referência ao acidente ocorrido no Pós.

Eu não estudei na escola do Kumarumã, eu só estudei no Pós quando o meu pai era vivo, era ele que me levava para escola, todo dia ele fazia isso, todo dia mesmo! Eu me lembro... Eu saía do Suraimũ para ir estudar no Pós, isso que aconteceu foi no tempo do meu pai... Quando ele era vivo... Depois teve um acidente lá, e a professora Melani e seu marido que davam aula foram embora, depois da tragédia que aconteceu, que então o marido dela, o marido da professora Melani, o Abelar, ele deu prejuízo, quando ele deixou a arma dele carregada e isso deu morte. Aí eles foram embora e aí entrou outra pessoa para trabalhar, só que depois desse acidente a escola ficou parada, depois veio a Ramira, só que a Ramira ela veio dessa vez já adulta e com seu marido que se chamava Nazarino. A Ramira já tinha vindo no tempo da professora Melani, a Ramira era bem novinha, ela não trabalhava ainda, só depois que ela veio trabalhar com seu marido, e aí depois eles foram embora para o Kumarumã onde

fizeram a casa deles, aqui nessa frente, bem aí onde tem a farmácia hoje, perto da beira do rio, a Laum foi morar com ela e a Maria Julia... Aqui no Uaçá teve a professora Ramira, Corina e Doquinha no Kumarumã [...]. (Entrevista cedida a Erika Wane Nunes, 2018, p.22).

O professor entrou de férias e ao retornar para a aldeia, reuniu com as lideranças, pais e alunos para falar a importância da continuação do segundo semestre do ano letivo, no momento da reunião aconteceu um acidente, com a arma de fogo do professor entre dois indígenas, que se chamavam (MIHUS E GASTÔ), por causa deste fato a escola ficou parada por longo período. (PPP da Escola Indígena Camilo Narciso, 2015).

O capitão Camilo Narciso e o Major Joanê “moravam do lado de cima da aldeia”, enquanto que algumas famílias foram se estabelecendo no Kumarumã para “morar no outro lado da ilha que chamamos de ponta de baixo”. Até os dias de hoje existe esta expressão “mun laho” ou “gente de cima”, que nas palavras de seu Paulo “são chamados até hoje o pessoal de cima”, e “mun budji ãba” ou “gente de baixo”.

O narrador Paulo informa que o “pessoal de cima” “não se dava com o pessoal de baixo”, e explica que o “pessoal de cima são mais trabalhador, eles tem mais roças, eles fazem canoas, remos, plantam mais, levam as coisa mais a sério.” Por outro lado, “os indígenas de baixo, são mais descansados. Índios por sua natureza. Não se preocupavam com o tempo, esses parentes é que não ligavam, viviam à vontade!”. Essa divisão hoje entre “mun laho”, que trabalham e, “mun budji ãba” que são mais descansados, não é mais recorrente.

Isto aconteceu foi quando o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) descobriu que morávamos no rio Uaçá, e veio o chefe por nome de Eurico Fernando, que falou de escola e colocou na cabeça do líder que nós tinha que morar só num lugar e morar junto, só num local, e isto não aconteceu do dia pra noite, durou anos porque os índios não se davam bem uns com outros. O primeiro morador foi líder Camilo Narciso, naquela época ele era só líder, depois que eles apelidaram de capitão, anos depois os brancos que apelidaram. Este líder tinha sua família, quando eles se mudaram para morar na ilha de Kumarumã ele tinha um tio, os brancos apelidaram por nome de manjó Joanê. Então a aldeia começou com um capitão e manjo, eles moravam do lado de cima da aldeia, e as outras poucas famílias foram morar no outro lado da ilha que chamamos de ponta de baixo, então a aldeia é ponta de cima, e a ponta de cima é constituída com o pessoal de cima, o seu maior trajeto, é lá pelas cachoeiras, roças, pesca, os retiros quase tudo é pra lá. Eles são chamados até hoje o pessoal de cima, essas gentes quase que não se davam com o pessoal de baixo. O pessoal de cima é mais trabalhador, eles tem mais roças, eles fazem canoas, remos, plantam, levam as coisa mais a sério. Já os indígenas de baixo, são mais descansados, índios por sua natureza, não se preocupavam com o tempo, esses parentes é que não ligavam, viviam à vontade.

Para elucidar que a vida no passado era diferente, tinha outro tempo, respeitava outros ritmos não menos importantes entre os “mun uaçá”, seu Paulo faz uma reflexão, trazendo a sua experiência enquanto menino:

Eu fui caçar com uns, eu era muito jovem, apenas com 8 anos de idade. Eu estava cansado de andar na mata já umas duas horas. Eu falei pro meu tio: “- Vamos voltar! O que estamos fazendo mesmo?! Nada, não tem caça!. Ele disse, calma meu filho, nós estamos passeando, apreciando a beleza das árvores. Eu vi mesmo ele abraçando aquelas árvores grandes, querendo subir nelas e eu agoniado, muita muriçoca e mutuca na mata, quase chorando, com fome e ele passeando! Os índios do passado eram assim!

Na fala afirmativa de seu Paulo – “agoniado e com fome” –, transparece o cansaço por andar na mata. Esse pequeno rapaz de 8 anos de idade não conhecia aquele lugar, também não estava acostumado a andar na floresta com seu pai que, conforme me explicou, “não era indígena”. As crianças do Uaçá crescem e se acostumam a andar na mata com seus pais, assim como a pescar, caçar e passear de modo geral. Clemente, como era chamado o pai de seu Paulo, meu avô era, conforme foi definido, um homem muito rígido com os filhos. Segundo explicou seu Paulo, Clemente veio do município de Chaves no Pará para “tirar pau rosa”, essência do perfume Chanel nº5 que se encontrava presente numa árvore (madeira) dentro da mata onde ficavam “caçando por três meses”. Posteriormente, foi trabalhar no garimpo e, quando o SPI “chegou” passou a trabalhar para o órgão indigenista, pois tinha experiência na mata e costumava viajar a remo de “canoa batelão” quando “conheceu” uma jovem que estava estudando na escola do SPI, chamada Maria Rosa, com quem constituiu família:

Clemente Almeida de Silva era do Pará, município de Chaves. Ele nos contou que ele não tinha pai, só mãe, estudou, pouco e veio parar no Oiapoque. O primeiro trabalho dele, foi tirar pau rosa, uma espécie de madeira para fazer perfume, passava de três meses na mata caçando essa madeira, passou um tempão trabalhando com o pau de rosa, depois a trabalhar no garimpo por longo período. Depois que chegou o SPI Serviço de Proteção aos Índios e ele passou a trabalhar com eles por causa da experiência com a mata, os indígenas viviam em áreas de campos, ilhas, viajava com eles naquela época, era no remo, canoa batelão, e conheceu uma aluna que estava estudando, era a senhora Maria Rosa Macial. E se casaram. Por esse motivo surgiu a família Silva.

Em conversas com minha irmã Jaciara Santos da Silva, professora na Escola Camilo Narciso, ela me explicou que nosso avô Clemente não deixava nossa avó trabalhar na roça, acreditava que mulher deveria ficar em casa “cuidando de filhos”. Meu narrador Paulo aprendeu a trabalhar junto com o pai e, para poder estudar, remavam da aldeia onde moravam, no Pós até a Aldeia Kumarumã. Paulo conta que na aldeia tinha um sino e, que,

quando o relógio alcançava uma hora e meia da tarde, este tocava e todos ainda distantes na canoa começavam a remar e remar para chegar a tempo. Contudo, era comum chegar atrasados e tinham muito medo do pai, que era muito bravo. Jaciara explica que o avô dizia: “homem é assim, tem que trabalhar

Somos influenciados em nosso ritmo de vida pelos “períodos do tempo” ao longo do ano, como “la botã” e “lagho djilo” ou “sezõ lapli”. A “época do verão” (la botã) e a “época de inverno” (lagho djilo) ou “época da chuva” (sezõ lapli) fazem sentido na vida dos Galibi Marworno. Durante “la botã” as pessoas realizam atividades agrícolas, fazem a roçagem, cuidam das roças, queimam, limpam, enfim, nessa época ocorre a maioria do trabalho nas atividades agrícolas, temos também muitos peixes no rio, muitas aves e caças, consiste em uma época de fartura de comida na aldeia.

Em “lagho djilo” ou “sezõ lapli” é uma época que temos menos comida na aldeia, as águas dos rios se enchem e os campos ficam todos alagados, dessa forma os peixes vão muito longe, se distanciam das aldeias, tornando muito difícil o ato de pegar peixe. Destaco a explicação do narrador Paulo Silva sobre o ritmo e organização de vida do povo Galibi Marwono, ressaltando a dispersão social e periodicidade dos fluxos de mobilidade:

Na época do verão, o campo fica seco, a ilha de Kumarumã fica a 500 metros do rio, que passa na frente, o rio Uaçá. Nesta o pessoal saía e iam morar na beira do rio, por causa da água que na época nós não sabia o que era poço; e também por causa da fartura. O pessoal da ponta de cima ia subir o rio na direção das cachoeiras. Eu me lembro quando eu tinha uns 5 anos de idade que eu estava brincando nas casas vazias, procurando flecha, não tinha ninguém nas casas, isto durou anos este costume, agora já mudou.

Por que naquela época eles moravam todo espalhado nas ilhas, outros moravam em ponta de terra firme, mais nunca era uma aldeia, eles tinha o habito de se mudar, ou quando não dava certo neste lugar, eles iam para outro lugar fixo por que quando os alimentos estavam quase pra acabar no lugar aonde eles estavam tipo frutas, caça, peixe e outros, eles se mudavam para outro lugar, eles faziam outras roças para poder ficar naquele lugar.

Hoje, temos outro fluxo de vida. Com “la botã” vem também o tempo de lazer, no rio a cima surgem muitas praias, cachoeiras enquanto as águas na aldeia secam, os capins não crescem. Nesse período o trabalho da roça não fica perto da aldeia, o rio seca e as roças localizadas distantes impõem dificuldades para sua manutenção. Assim, alguns esperam “sezõ lapli” para plantar pois a canoa consegue se aproximar mais dos roçados. De fato, no tempo das chuvas tudo se torna mais perto, as pessoas vão para a roça fazer farinha que será destinada a comercialização no “la botã”. Por sinal, na Aldeia Kumarumã

é muito difícil haver comércio de farinha pois a dificuldade de produzir nesta aldeia é muito grande.

Conforme explicou Nunes (2018) em seu TCC e o narrador Paulo Silva, a escola consiste num elemento de atração gradativa ou mesmo de concentração demográfica compulsória do povo Galibi Marworno na Aldeia Santa Maria ou Kumarumã. Muitas famílias vão para suas roças no final da semana porque os filhos estudam durante a semana. Essa situação demonstra que a escola está influenciando o ritmo de vida, pois no sábado os alunos saem com os pais para participar do trabalho do dia-a-dia deles e da comunidade.

3. O INDIGENISMO E A ESCOLA ENTRE OS GALIBI A PARTIR DAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE UMA LIDERANÇA

Segundo explica Eneida Assis (1981, p. 102) em sua dissertação de mestrado, a educação escolar entre os indígenas de Oiapoque iniciou em 1930, com “[...] a instalação de uma escola entre os índios do Uaçá, é uma decorrência do início da atuação do governo brasileiro na tentativa de incorporá-lo a sociedade nacional [...]” Contudo, nesse período o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) estava presente no Oiapoque por “intermédio de um delegado” mas ainda não atuava na educação.

Segundo explica Almeida, Oliveira e Oliveira (2016, p.43) o SPI que surgiu no Brasil em 1910 e tinha por finalidade “[...] prestar ‘proteção’ e ‘assistência’ aos ‘índios’ por meio de contato, atendimento e instalação de postos nos sertões, confins da hinterlândia e das fronteiras brasileiras”. As autoras informam que o SPI já circulava pela região de Oiapoque desde 1931 e, que, foi na década de 1940, através de uma “Ajudância de Oiapoque”, sob a responsabilidade de Eurico de Melo Cardoso Fernandes, vinculada a 2ª Inspeção Regional do SPI, com sede em Belém, que os povos indígenas de Oiapoque passaram a ser sistematicamente atendidos pelo indigenismo brasileiro.

“Eurico Fernando” foi para seu Paulo um articulador do povo, um agente do SPI que atuou em torno da escola. Explica que “naquela época os índios não sabiam de nada” porque não compreendiam a língua portuguesa, trabalhavam muito como “escravo”, sem receber, eram “maltratados” e “humilhados”. Recorda que quando estavam “pesquisando”

descobriram com um senhor já falecido que a escola do Kumarumã foi construída no tempo da “Segunda Guerra Mundial” e que veio para lecionar entre os “mun uaçá” uma professora chamada “Doquinha”:

Depois que este chefe chegou, Eurico Fernando, o grande trabalho dele foi unir o povo por causa da escola. Naquela época os índios não sabiam de nada, falavam muito pouco a língua portuguesa. Nesta época os índios sofreram muito, trabalhavam muito, eles eram maltratados com o trabalho escravo sem receber nada em troca, ao mesmo tempo humilhados. Uma vez nós estávamos pesquisando e fomos falar com um senhor que naquela época era jovem, agora ele já é falecido. Ele nos contou quando eles estavam começando a construir a escola, que eles ouviram um dos civilizados que estavam com eles, que tinha um rádio, ele ouvia as notícias de fora, falou para nós: – Agora a guerra começou. Era a Segunda Guerra Mundial. Então foi na época que começaram a construir a primeira escola de Kumarumã, quando terminaram a construção eles falavam que veio uma professora por nome Doquinha, ela foi a professora da minha mãe que nos contava sobre o aprendizado delas.

Seu Paulo explica que Doquinha foi professora de sua mãe, Maria Rosa e quelhe afirmou que sofriam muito, eram discriminados e escravizados, chegavam a apanhar de “palmatória na mão, o ensinamento era muito rígido”. O narrador conta que essa palmatória era uma espécie de “lei”, não sabe se nacional ou “só para os indígenas”, mas que alguns aprenderam a ler e outros nem tanto, sendo que muitas vezes os estudantes fugiam da escola que funcionava como um internato:

Disse que elas sofreram muito também, discriminadas e escravizados, apanhavam na escola com palmatória na mão, o ensinamento era muito rígido. Não sei se essa lei era a nível nacional ou era só para os indígenas, com essa lei uns aprenderam, outros não conseguiram aprender nada! Eles fugiram da escola porque a escola era interna, os índios não paravam na aldeia naquela época, não tinha Igreja. Então, os índios não tinham religião, não conheciam Deus. O Deus deles era a natureza, eles tinham muito pela mata, pelo sol, pela lua, pelas estrelas, terra, água, árvores medicinais. Os pajés falavam que tudo tinha mãe, um ser. Nós não enxergava. Eles faziam festas todos os anos principalmente dos peixes, das caças, enfim, de alguma coisa que eu citei, festas tradicionais só depois que entrou algum civilizado, que falava de Deus, que trouxe as festas de Santa Maria, Santa Luzia, São João e outros. Naquela época não tinha roupa. Tinha pessoas que usavam calça comprida, só de ano em ano.

Meu pai conta que Maria Rosa lhe confidenciou que em 1953 ocorreu entre o povo um surto de uma doença até então desconhecida e passou a ser chamada de “sarampo”. Explica que naquela época as pessoas eram curadas pela medicina tradicional dos “chás”, “emplastos”, “cânticos” e “reza em língua Galibi”. Na compreensão de Paulo, naquele tempo nós acreditávamos muito no pajé, e que nosso Deus estava na “natureza”. Contudo, o narrador admite que quase morreu neste tempo de epidemia de sarampo. Maria Rosa disse-lhe que “morriam de duas a três pessoas por dia” e que foram poucas as pessoas que

sobreviveram”. Assim, muitas pessoas passaram a “fugir para a mata, nas cabeceiras do igarapé”:

Quando as doenças aconteciam eram curados só com medicina tradicional: chá, emplasto, cântico, reza em língua Galibi. Eles acreditavam muito no pajé, por esse motivo o Deus deles era a natureza. Mas naquela época era muito difícil de adoecer, minha mãe conta que no ano de 1953, eu tinha só um ano de vida, caiu uma enfermidade chamada sarampo que matou muitas pessoas, morriam de duas a três pessoas por dia. Poucas pessoas ficaram. Minha mãe falou que quase que eu fui com eles. Nesta época não tinha medicamento, era só no tradicional, e eles não conheciam a doença, era desconhecida. Outras pessoas que ainda não tinha pego essa doença fugiam para a mata, nas cabeceiras do igarapé.

Havia um rio chamado Tapamuru, que fica atrás da Aldeia Kumarumã, em direção ao lago Tipoca, que abrigou muitas pessoas que fugiam da epidemia de sarampo. Seu Paulo contou a história desse lugar que abrigava um pajé que controlava a entrada do rio e, por vezes, se transformava em cobra ou onça:

Tem um chamado Rio Tapamuru, eles foram pra lá, passavam meses e até ano sem aparecer com medo da doença. Morreu muitas pessoas que não tinha mais pessoas para ir no velório. Você já imaginou duas pessoas mortos na sua casa as vezes, a mãe, os irmãos ou irmãs. O Rio Tapamuru fica atrás da Aldeia de Kumarumã. Uns 5 km esse rio sai em um igarapé no lago da Tipóca, ele não tem foz. Segundo conta a história ou lenda, lá morava um pajé numa ponta de terra deste rio e entravam barcos que iam até ele, mas ele não gostava, ele [pajé] mandou fechar o rio com barranco e secou o rio que era trafegável e ficou intrafegável. Agora é rio farto, as pessoas tem muitas caças pra aquelas bandas. Ele [pajé] praticamente encantou o rio, a história conta que eles vinham prender este pajé porque ele era mal. Levavam ele preso e quando descuidavam, ele pulava na água e se transformava em cobra ou onça, e voltava para a casa dele. Por este motivo ele aborreceu e fechou o rio.

As memórias de seu Paulo evidenciam muitas mudanças com a chegada do indigenismo entre o povo. Descreve que ocorreram importantes transformações na vida do Kumarumã com a intervenção dos não indígenas. A “escola” foi percebida pelo narrador como um espaço de conscientização de “como nós devíamos viver”, por sinal, destaca a “desconfiança” e certo “medo” que havia entre as famílias. Suas palavras esclarecem que o “índio” tinha sua “crença” e sua “natureza” que o conduzia a viverem separados. Nessa perspectiva, acredito que seu Paulo quer ressaltar certa autonomia familiar e espacial que mediava a vida dos “mun uacá” ao longo do rio, eram tempos marcados pelas distâncias, naquele tempo “não vinha ninguém”, mas aparecia alguns “invasores” ou que vinham comerciar e “enganar os índios”, inclusive casando com as moças indígenas. A educação promovida pela escola e instituída pelo indigenismo, contribuiu para a mudança na vida cotidiana, “[...] a educação foi nos mudando, abrindo

os nossos olhos”. Esse abrir nossos olhos está intimamente relacionado com a atuação dos não indígenas do SPI na aldeia.

Nas aldeias concentradas mudou muitas coisas. Em primeiro lugar nós nos unimos e o líder, o cacique, chamou para trabalhar junto em mutirão, um ajudando o outro, ou seja, viver em união. Isto a escola estava conscientizando como nós devíamos viver, porque na época os índios não tinham essa união, as famílias era cada um por si, nós éramos muito desconfiados uns dos outros, praticamente nós tínhamos medo uns dos outros. A desconfiança era isso e o índio tinha muito isso, sua crença, sua natureza humana, por este motivo eles viviam separados, uns dos outros e foram também conviver com pessoas não índios do SPI, algumas vezes não vinha quase ninguém no Kumarumã por causa da distância. Quanto até hoje só aparece pessoas da saúde e educação e, alguns religiosos. Naquele tempo que não vinha ninguém aparecia também alguns invasores, que são aquelas pessoas que vem vender algumas coisas ou, na verdade, enganar os índios ou se casar com uma índia. Mas a educação foi nos mudando, abrindo os nossos olhos.

A atuação do indigenismo brasileiro pode ser interpretada de diversas formas, inclusive em perspectiva positiva. Ao mesmo tempo que trouxe mudanças no cotidiano, contribuiu para a atualização das comunidades. Seu Paulo explica que o governo tentou “mudar os povos indígenas do Brasil para agricultores rurais”, mas que a “mobilização nacional” dos povos indígenas não permitiu. Essa tentativa de transformar o índio em um trabalhador rural, no fundo, permitiu a autodeterminação e se desprender da “escravidão dos brancos”. Nesse momento de sua fala, seu Paulo confia uma situação que envolveu a liderança do povo, seu Felizardo. Conta que os “antropólogos” não querem que “[...] nós coma com sal, não quer que nós aprenda, não quer que nós enfrente uma universidade [...]” e que seu Felizardo ficou muito chateado com essa pessoa que sugeriu-lhe que as novas mudanças e tecnologias contribuiriam para “perder a cultura”. Ao contrário disso, seu Paulo entende que “[...] temos o direito de acompanhar a tecnologia, é por este motivo que estudamos, para que nós possamos nos defender.”

O SPI foi o anfitrião, tanto motivou esta mudança [de vida] como estimulou, porque não sei a época que o governo queria mudar os povos indígenas do Brasil para agricultores rurais. Não me lembro o ano. Foi mobilização nacional para ficar como povos indígenas do Brasil. Mas no fundo foi bom, para que nós pudéssemos estudar e nos defender da escravidão das mãos dos brancos e até agora tem uma turma de antropólogos que não quer que nós coma com sal, não quer que nós aprenda, não quer que nós enfrente uma universidade. Eles [antropólogos] falam “só aprenda a escrever o nome, basta!” Mas na cabeça de quem que nós vamos aceitar isto! Eles querem que nós volte nos anos 40, andar nu, não usar roupa, viver naquelas malocas para que nós sirva de museu histórico. Só que eles que querem viver bem, ter uma casa boa, energia, eles falam que nós não precisamos de televisão. Eles não querem que nós use. Eu acho tão errado essas decisões de algumas pessoas! Uma dessas pessoas foi falar com o líder Felizardo: “Para quê tudo isso?! Não faça isso, o senhor está estimulando as pessoas a mudar. Vocês vão perder a cultura de vocês!” Quer dizer que nós não temos o direito de morar numa casa de alvenaria?! É vocês que tem o direito?!

Eu estou na minha aldeia, faço a minha casa do jeito que eu quero, o dinheiro é meu, não estou pedindo da senhora, ela pediu desculpa e foi embora. O seu Felizardo ficou muito chateado. Nós temos o direito de acompanhar a tecnologia, é por este motivo que estudamos, para que nós possamos nos defender.

Não existe dúvida de que o SPI interviu nas práticas do cotidiano na aldeia. Seu Paulo explica que a escola tinha a pretensão de impor ensinamentos que eram desconhecidos e que promoviam “sofrimento”, como a introdução da educação de meninas na escola para “prendas para o lar” e com imposição do trabalho na “agricultura”, “pesado” e “na amarra”. Os povos indígenas não estavam acostumados com castigos e fugiam da escola e do “trabalho forçado”: “Quando eles não queriam trabalhar mais, eles eram castigados e até apanhavam por algum capataz dos trabalhos. Os índios fugiam da escola, do trabalho, eles não eram acostumados com horários de trabalho forçado, eles viviam livres, só para caçar e pescar e passear na mata.” O Encruzo foi um local criado pelo SPI para impor “trabalho” e “castigo” aos indígenas que por ventura fizessem algo que fosse considerado irregular ou não adequado. Seu Paulo informa que a pena durava de 6 meses a 5 anos e que era conduzida como “lei” pelo “Fernando Eurico”:

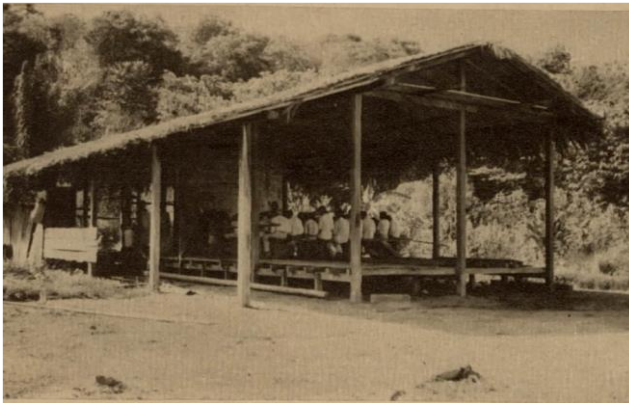
Desde o início a escola passou a ser importante apesar do sofrimento, mas, mesmo assim, serviu para muitas pessoas que se dedicaram ao ensinamento naquela época de “prendas para o lar”. Como naquela época não tinha roupa, então as mulheres não sabiam lavar roupas, porque na época não tinha sabão. Então, elas aprenderam a lavar roupas, aprenderam a cozinhar comidas, ou seja, temperar com colorau, cominho e outras verduras, alho, etc, costurar roupas, como zelar uma casa. Os homens também aprenderam a fazer outros trabalhos sobre agricultura. Era trabalho, era forçado e na amarra. Quando eles não queriam trabalhar mais, eles eram castigados e até apanhavam por algum capataz dos trabalhos. Os índios fugiam da escola, do trabalho, eles não eram acostumados com horários de trabalho forçado, eles viviam livres, só para caçar e pescar e passear na mata. O meu tio me contava histórias, me lembro de uma. Um certo rei (Deus) mandou chamar três chefes de nações e perguntou, o que eles queriam para o seu povo. Eles reuniram os seus líderes e em outra oportunidade deram as respostas. O chefe dos brancos falou que eles queriam muita riqueza, ouro, prata, eles queriam ser muito ricos. O chefe dos negros disse para o rei que queriam muitos alimentos e agricultura. O chefe dos índios falou para o rei que não queria essas coisas, então ele falou para o rei que eles queriam liberdade, eles não queriam ser incomodados. Então os indígenas são assim! Por este motivo [trabalho] eles ficaram muito estranho, naquela época o castigo dos índios era lá no Encruzo, que era feito o castigo dos indígenas. Mas na época era muito pesado, era lá que as pessoas pagavam pelos seus erros. O castigo durava de 6 meses a 5 anos, de acordo com a pena. Por exemplo, para se amasiar com uma moça que estava na escola o noivo ia passar 1 ano lá no Encruzo, só depois quando ele voltar da faxina ele poderia se amigar com a moça. Antes não era assim! Só começou esta lei depois que este chegou, Fernando Eurico, antes os índios se casavam jovem ou adolescente, também era da cultura deles, caso se eu tivesse filha pequena e você tivesse filho homem, por causa da nossa amizade, ele podia pedir a minha filha em casamento, então ela já estava comprometida.

Figura 1: “Menores Galibi que estão matriculados na escola”, sem data



Fonte: RONDON, Marechal C. **Índios do Brasil das cabeceiras do rio Xingu, dos rios Araguaia e Oiapoque**. V.II. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI. Ministério da Agricultura, 1953. p.298.

Figura 2: “A casa da escola pública dos índios Caripuna custeada pelo Governo do Estado”, sem data



Fonte: RONDON, Marechal C. **Índios do Brasil das cabeceiras do rio Xingu, dos rios Araguaia e Oiapoque**. V.II. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI. Ministério da Agricultura, 1953. p.303.

Figura 3: “A professora com alunos Paricurá”, sem data



Fonte: RONDON, Marechal C. **Índios do Brasil das cabeceiras do rio Xingu, dos rios Araguaia e Oiapoque**. V.II. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI. Ministério da Agricultura, 1953. p.302.

Os estudos promovidos por diversos pesquisadores informam que a escola entre os povos indígenas de Oiapoque iniciou na década de 1930, através da intervenção do

Estado do Pará. Nesse primeiro momento foram criadas escolas no Kumarumã, para o povo Galibi (Figura 1), no Espírito Santo para o povo Karipuna (Figura 2) e no Urukawá para o povo Palikur (Figura 3) (ASSIS, 1981; TASSINARI, 2003). Essas primeiras escolas aparecem referenciadas em fotografias no livro publicado pelo Marechal Cândido Rondon em 1953.

A instituição das “escolas” contribuíra para o reordenamento territorial dos povos indígenas de Oiapoque (TASSINARI, 2001). Primeiro foi criada a estrutura do indigenismo no Oiapoque com o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta em 1941 e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá em 1942 (ALMEIDA, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2016 e 2017). Apesar das memórias de seu Paulo acusarem que a escola entre o povo foi criada na década de 1950, por intervenção do “chefe Eurico Fernando, um agente do SPI” com o apoio do líder indígena “Camilo Narciso”, os estudos indicam que os agentes do SPI começaram a promover ações ainda na década de 1940 para a revitalizar a escola que se encontravam praticamente desativadas desde o final da década de 1930 (ALMEIDA, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2016 e 2017). Essa escola do tempo do SPI era “civilizadora”, “integracionista” e “nacionalizadora”, características que aparecem na fala de seu Paulo quando afirma que a escola utilizava a palmatória e outras formas de opressão, além de impedir a comunicação na língua do povo:

A escola foi criada para o povo Galibi Marworno na década de 1950 pelo chefe Eurico Fernando, um agente do SPI, e o líder indígena Camilo Narciso. E a primeira professora foi está mulher, que veio não sei de onde. Depois dela veio outras, mas não permaneceram muito tempo. Na época a disciplina era bolo na mão [palmatória], na época eu vi um cidadão enfrentar um professor porque esse professor tinha batido no filho dele com um facão enorme. Eu acho que este professor nunca mais bateu no filho deste homem, porque ele enfrentou pra valer! Os indígenas apanhavam todos os dias devido os costumes da língua materna, que era proibida falar com os colegas na escola, na sua própria língua. Por este motivo, o povo Karipuna perdeu a língua materna e nós perdemos a nossa língua Galibi, ficamos com a língua Kheuól que falamos hoje, é a nossa língua mãe. Mas foi muito complicado no início, mas a história é esta, nós sofremos muito com a discriminação dos professores. Eles chamavam de burros, imundos, preguiçosos, etc. Era assim que eles tratavam os indígenas. Até hoje por causa da mestiçagem, de a gente não se declarar como índios, a gente fica ouvindo discriminações.

Meu pai contou muitas coisas sobre as mudanças que ocorreram entre o povo Galibi do Uaçá. Falou que antigamente as pessoas não precisavam dos transportes dos não indígenas para irem pescar, nas roças, caçar, viajar no Oiapoque, pois os índios tinham suas canoas a remo, inclusive, passavam semanas se deslocando para chegar no Oiapoque. Explica que “conforme as mudanças” ocorriam os indígenas adquiriam “objetos” que

facilitavam o trabalho, como também auxiliavam na rapidez dos deslocamentos através de meios de transportes como “voadeira e barco”. O trabalho agrícola no passado, como as roças, era feito em mutirão, tudo manual, porém, hoje as pessoas só usam o “motor serra na derrubada de uma roça” e fazem o “mutirão” apenas para a “capinagem” das roças. O narrador conta que os materiais da produção da farinha foram “substituídos” por outros mais modernos, “ralo por motor de ralar mandioca, tipiti por prensa”, para seu Paulo “o tempo que nos obrigou a mudar”, sendo que a escola contribuiu essencialmente para isso, “sem a educação não tem mudança”.

Outra mudança é com relação ao transporte. Anos atrás nós passávamos semanas viajando para chegar no Oiapoque, conforme as mudanças os indígenas foram adquirindo objetos como motores de poupa, barcos. Agora não viaja mais de canoa de remo. Agora é só de voadeira e barco. Assim, também na área de agricultura, mudou muitas coisas, anos atrás trabalhávamos em mutirão. Hoje com a motor serra para derrubar uma roça as pessoas não fazem mais o mutirão de cortar uma roça de machado. Hoje, quase não precisa mais de um mutirão, precisa só no plantio das roças e na capinagem das roças. Mudou sobre os trabalhos. Hoje foi substituída, como ralar mandioca, foi substituída pelo ralo, para motor de ralar mandioca, espremer massa, houve troca de tipiti por prensa e facilitou o trabalho, ficou mais fácil, rende mais o tempo. O tempo nos obrigou a mudar a escola, ajudou muito porque sem a educação não tem mudança, quem não estuda fica parado no tempo. Agora o meu conselho é estudem, estudem, pesquisem e escreva a nossa história, não deixe acabar, queremos deixar [história] para futura geração.

Uma lembrança singular de seu Paulo, foi sobre o “futebol” da época, pois confia que só viam as “fotos nos livros”. Havia uma curiosidade sobre como é que se jogava bola, os índios não sabiam o que era bola naquele tempo. Meu pai conta que eles faziam a bola de “pano vermelho” e que “enrolava até ficar redondo e usava feito bola”. Jogavam por curiosidade mesmo, não conheciam as regras do famoso “futebol”. Recorda que uma vez “chegou um professor” que trouxe uma bola de “pneu” e ensinou os índios a jogar com essa bola, contudo, não sabiam como chutar com força. Então, esse professor chutava a bola com muita força, “ele só faltava nos matar com chutão”, mas mesmo assim, aprenderam a jogar e passaram a “compartilhar com as outras aldeias”:

Nesse tempo apareceu o futebol, que nós já tínhamos ouvido falar de futebol, mas só via as fotos nos livros. Nós ficamos muito curiosos, nós fazíamos nossa bola de pano velho, a gente enrolava até ficar redondo e usava feito bola. Depois apareceu um professor que trouxe um pneu, ele só faltava nos matar com chutão, mas fomos aprendendo e passamos a compartilhar com outras aldeias.

As memórias de seu Paulo relatam que os Galibi não usavam sandálias ou sapatos, simplesmente andavam descalços, recorda que seu pai ganhou um par de sandálias, mas como nunca tinha calçado no pé, a sandália ficou toda atravessada no pé e ele quase não

conseguiu andar. Informa que o Padre Nello e o CIMI trouxeram novidades diversas para o cotidiano. O povo nessa época usava a água do rio para beber, tomar banho e cozinhar comida, ou seja, o rio era tudo para eles. Contudo, havia problemas de saúde. O Padre alertou da importância de tratar a água, na época o povo não sabia o que era “poço”, não tinha exatamente um “banheiro” para eles fazerem as necessidades. Então o “Padre Nello prometeu [que] quem fizesse uma fossa” iria ganhar “sandálias para toda a família”, pois a água do rio podia estar contaminada, não sendo muito boa para beber, causando doenças. Nesse tempo chegou “um chefe da FUNAI recém formado, [com] ideias novas e se juntou ao Padre Nello”, esse chefe era o Frederico Miranda de Oliveira.

Eu me lembro que até em 1970 nós não usávamos sandálias, sapatos. O meu pai falava de tamanco, que eles usavam. Como não era indígena, ele [pai] veio com a comitiva do SPI e ficou, casou com a minha mãe e ficou até a morte, ou seja, ele foi até a morte. E nós na época já nos anos de 1960, não sabíamos o que era essas coisas. Depois apareceu o Padre Nello no início da década de 1970. Foi ele que nos alertou sobre a água tratada. Nós usávamos a água do rio do campo, ao longo do mesmo ano ele vinha nos alertando sobre o poço a céu aberto, fossas que nós não usávamos na época. Nem conhecia o que era essas coisas! Ele [Padre Nello] prometeu que quem fizesse um poço ganhava um pote de filtro para colocar água, para ser usado e quem fizesse uma fossa para a família ganhava sandálias para toda a família. Então, foi incentivo para a comunidade e ao mesmo tempo chegou um chefe da FUNAI, recém formado, com ideias novas e se juntou ao Padre Nello e fizeram com que a aldeia tivesse novas ideias. E eu contava para os meus filhos que na época também ganhei um par de sandálias e, como eu nunca tinha usado sandália, quer dizer, nós. Eu saía com a sandália toda atravessada no pé, a sandália saía do pé ao caminhar.

Pode-se depreender das memórias do narrador que os anos 1970 trouxeram “uma nova era” para o povo Galibi com a chegada do Padre Nello e de Frederico que, passaram a orientar os povos indígenas de Oiapoque. Seu Frederico era chefe do Posto Indígena de Kumarumã (Funai). Segundo explica, nesse tempo ainda era o chefe quem mandava na aldeia, contudo, através desses dois personagens singulares da história regional, os povos indígenas conseguiram efetivar a demarcação da Terra Indígena Uaçá. Essa demarcação foi resultado de muita luta, acompanhados do Padre Nello e de Frederico, os povos indígenas faziam grandes reuniões com a presença das três etnias Galibi Marworno, Palikur e Karipuna. Também realizaram grandes assembleias, onde discutiam muitas temáticas importantes, dentre elas a “saúde”, que nas palavras de seu Paulo “é uma longa história”.

E, assim, a cada ano que passava, as coisas iam mudando: “[...] chegou um ponto que as etnias tinham que se organizar em associação, na época era Associação dos Galibi

Marworno (AGM), e outros do povo “Karipuna e Palikur”. Depois de algum tempo essas associações acabaram e “[.] hoje nós estamos sentindo a necessidade de criar outra para nos representar juridicamente [...]”, porque está muito difícil para o governo fazer a “[...] construção das escolas, passarelas e outras [...]”, explica seu Paulo. Essas experiências de relações, associações, reuniões e assembleias possibilitaram que as aldeias fossem crescendo e atendendo as necessidades que surgiam, criando “escolas”, adotando o rádio como comunicação.

Mais foi assim que nós começamos uma nova era e esses dois não índios, como o Padre Nello Ruffladi e o chefe Frederico Miranda de Oliveira moravam em Oiapoque. O Frederico morava conosco porque ele era chefe de Posto Indígena Kumarumã e através disso foi demarcada a Terra Indígena Uaçá. Esse processo de demarcação foi uma grande luta, depois disso nós começamos a reunir os três povos, fizemos muitas reuniões e assembleias, assim começou a nossa organização. Eles falavam também da saúde através dessas reuniões e assembleias, alguns indígenas, pessoas indígenas se formaram na área da saúde, é uma longa história. Mas não parou, o trabalho continuou até hoje, foi mudando cada ano que passava, chegou um ponto de nós se organizar em associação, a APIO, AGM, OINAK e outros do povo Karipuna e Palikur. Mas acabou. Hoje nós estamos sentindo a necessidade de criar outras para nos representar juridicamente, os governos falam que se nós tivéssemos uma organização reconhecida, se tornava mais fácil em algumas construções das escolas, passarelas e outros. Então, da Aldeia Kumarumã saiu a Aldeia Tukay, Aldeia Samaúma, Aldeia Wahá, agora houve a necessidade de fundar outras aldeias. Mais 7 aldeias. Algumas já estão bem avançadas e com escola. Alguns moradores moram fixo, outros ainda lá no Kumarumã.

Meu narrador reconhece que todas as conquistas dos povos indígenas do Oiapoque vieram da articulação dos indígenas em movimento ou, simplesmente, do movimento indígena. As conquistas relacionadas à saúde, ao trabalho e à educação originaram-se das assembleias e reuniões das comunidades, “[...] hoje, já temos a organização das mulheres, temos a organização dos jovens, organização das igrejas, dos professores formados já no nível 3º grau que se igualam a outros professores não índios”. Para a liderança, “nós” indígenas “se igualamos aos não índios hoje”, e ocupamos espaços “no nível municipal, estadual e nacional” que no passado não eram possíveis. Todas essas conquistas dos povos indígenas do Oiapoque são frutos do “trabalho do movimento indígena”:

Mas isto tudo é trabalho do movimento indígena, hoje já temos organização das mulheres, temos a organização dos jovens, organização das igrejas, dos professores formados, já no nível 3º grau, que iguala a outros professores não índios, nós se igualamos aos não índios hoje. Como sabemos, o que vale é a pessoa educada e formada, nós falamos para nosso povo: estude para poder defender os nossos direitos e poder falar pelo nosso povo. Porque nós sabemos das mudanças de todas as coisas, mas sabemos que a muita discriminação contra os índios e negros, mas hoje somos professores, somos enfermeiros, militar e

servimos o exército e outros cargos que ocupam o nível municipal, estadual e nacional.

Da confiança e confidente narrativa de seu Paulo e das pesquisas que enquanto professor indígena venho desenvolvendo, posso afirmar que a educação escolar se destaca enquanto um espaço de empoderamento do povo Galibi. A escola entre o meu povo nasceu “civilizadora”, “integracionista” e “nacionalizadora”. Nasceu também opressora, vigilante e ameaçadora. O “castigo”, a “palmatória”, a “educação para o lar” e para a “agricultura” foram caminhos obscuros da história da escola não indígena institucionalizada com o governo do Estado do Pará nos anos de 1930 e nos anos 1940 com a escola do SPI. Contudo, surgiram enfrentamentos, questionamentos e avaliações sobre o significado da educação escolar. Seu Paulo acredita que apesar de tudo que passamos, a “[...] escola trouxe todas as vantagens para o meu povo. Se hoje nós sabemos ler e escrever foi a escola.”, seguem suas palavras:

Se hoje somos professores ou enfermeiros, se sabemos nos comunicar ou se sabemos viver na sociedade, se temos comércio ou se sabemos zelar pelos nossos patrimônios ou zelar pelas nossas casas, ter uma boa saúde. Isto a minha mãe quando ela estava estudando na escola, a educação era “prenda para o lar”, lá ela aprendeu a costurar, onde ela fazia roupa para nós e para os outros lavar, cozinhar e cuidar da casa, aprendemos trabalhar com mais higiene. Principalmente para fazer a farinha, os nossos alimentos, nós sabemos se comunicar uns com os outros, as limpezas comunitárias para que nós possamos viver num ambiente saudável, se nós preservarmos algumas da natureza, árvores, peixes ou jacaré, tracajá, não pescamos de rede ou tarrafo ou timbó, é cipó da natureza que os antigos usavam para pescar, eles batiam o cipó, colocavam nas cabeceiras dos igarapés e os peixes morriam tudo ou ficavam tontos. E eles só aproveitam os peixes maior ou o que eles queriam, o resto se estragavam, hoje não acontece mais isso. Nós temos uma lei interna de poder ou não poder fazer com a natureza, e também um castigo para aqueles que não obedecem às normas da comunidade. Nós sabemos que gente que não obedece às leis em todos os povos e este castigo existe no mundo inteiro e veio através da escola e, outros. Por este motivo agora o conselho é estudem, estudem sem a educação não vão a lugar nenhum. Eu falo para os filhos, no tempo que eu estudava, no ano de 1952, quando eu entrei não tinha a 5ª série, você só estudava até a 4ª série, não passava. Eu fiz 4ª série duas vezes, passei em todas as duas vezes, mas não tinha como continuar. Falo para eles com esta escola que tem hoje eu era chamado de doutor Paulo! Eu tinha vontade de estudar. Agora, a felicidade maior é que todos falam a língua portuguesa, não são enganados com facilidade, todos sabem ler e escrever, quem não sabe não é culpa de ninguém, porque o conhecimento e a sabedoria está gritando aí na porta. As oportunidades só vem para àqueles que são educados e que são obedientes. Oportunidades de empregos com contratos só vem para essas pessoas que tem essas qualidades, porque quem escolhe é o cacique. Então, a escola é muito importante pra nós, que precisamos de mais educação. Hoje, temos diretores indígenas, temos pedagogos indígenas, os funcionários da FUNAI são indígenas, temos pastores indígenas, técnicos agrícolas indígenas, vereadores indígenas, temos índios na secretária do governo. Nós estudando e tendo uma formação, nós vamos conquistar os nossos direitos de viver de igual para igual! As vezes você fala difícil para enrolar, mais eu estudei, eu entendo a sua linguagem, tem uma frase na bíblia que diz: “o meu povo é morto por falta de conhecimento” Por este

motivo que eu agradeço a deus pelo conhecimento que ele nos dá através da escola, e você quer um estudo, não engane seu pai, sua mãe quando diz que vai estudar e não vai na verdade, quando você se arrepender, já é tarde demais. Seus colegas numa boa e você pensando as consequências.

As lutas e conquistas dos direitos dos povos indígenas do Oiapoque e a demarcação de nossas terras vieram do surgimento do movimento indígena. A escola hoje está conectada com as demandas de nossa comunidade, empenhada em promover o fortalecimento de nossa organização social e nossa história. Como professor pesquisador, percebo que temos muito a estudar sobre o nosso povo, outrossim, valorizar as memórias, histórias e narrativas de nossos antepassados consiste num dever fundamental.

Considerações Finais

Este trabalho de conclusão de curso “MEMÓRIAS E HISTÓRIAS SOBRE A ALDEIA KUMARUMÃ E A EDUCAÇÃO ESCOLAR ENTRE OS ‘GALIBIS’” visou contribuir para a escrita da história do povo do Uaçá ao qual pertencço. Este quase um século de histórias e memórias narradas no TCC descrevem a organização social do povo “mun uaçá” no contexto da atuação do indigenismo brasileiro que, promoveu significativas mudanças em nosso cotidiano, no (re)ordenamento territorial e, conseqüentemente, em muitos aspectos culturais. Passamos a viver agrupados densamente na Aldeia Kumarumã. Advimos de forma obrigatória a frequentar a escola, mas também, de um indigenismo compulsório, construímos outras relações familiares e nossas organizações representativas.

Recuperar as memórias de meu pai foi um exercício de imersão na minha própria história e na história do meu povo. Muitas vezes não valorizamos as palavras de nossos familiares e ignoramos o que viveram e o que sofreram. Para construir este TCC, deparei-me com situações que desconhecia, que sequer compreendia até então. Percorrer as narrativas de memória trouxeram experiências passadas, desvelaram saberes e conhecimentos de nossas vidas neste século XX que os jovens precisam conhecer. A forma de vida e organização social que nos conduz hoje tem suas raízes nas histórias passadas e banhadas pelas águas do Rio Uaçá.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina S. de.; OLIVEIRA, Leônia R.; OLIVEIRA, Lilia R.. **Atuação do Serviço de Proteção aos Índios entre os Povos Indígenas de Oiapoque**. In: BRITO, Alaan U.; DALMÁCIO, Cris E. da C.; SIMÕES, Helena C. G.. (Org.) Ciências Humanas: resultados dos projetos de iniciação científica da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Macapá: Ed. UNIFAP, 2016. p.41 – 66. Disponível em: <http://www2.unifap.br/dpq/files/2017/03/Livro-CH-finalizado.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

ALMEIDA, Carina S. de.; OLIVEIRA, Leônia R.; OLIVEIRA, Lilia R.. **Mas que tipo de proteção era essa?! Os povos indígenas de Oiapoque e o Serviço de Proteção aos Índios**. Anais XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília, 2017. p 01 -17. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488845489_ARQUIVO_ArtigoMASQUETIPODEPROTECAOERAESSA.pdf. Acesso em: nov. 2017.

ASSIS, Eneida de. **Escola indígena, uma “frente ideológica”?** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, UnB. 1981.

NIMUENDAJÚ, Curt [1926]. **Les Indiens Palikur et leus voisins**. Présentation et notes de Pierre Grenand. Encyclopédie palikur fascicule 1. France: Université d’Orléans.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Excursões pela Amazônia**, 1927. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2001, v. 44, n. 1, pp. 189 – 200.

NUNES, Erika Wane. Memórias mun uaçá sobre a “proteção tutelar” entre os Galibi. Lide dji mun uaçá a hespék dji “proteção tutelar” athe Galibi. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), área Ciências Humanas, Oiapoque, fevereiro de 2018.

PPP, **Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Camilo Narciso**, 2015.

RONDON, Marechal C. **Índios do Brasil das cabeceiras do rio Xingu, dos rios Araguaia e Oiapoque**. V.II. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, CNPI. Ministério da Agricultura, 1953.

SILVA, Paulo Roberto. **Memórias e narrativas da liderança Paulo Roberto da Silva**, gravadas, escritas oferecidas à Solei Botã Silva entre 2017 e 2018.

TASSINARI, Antonella M. I.. **Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá**. In: SILVA, A. I.; FERREIRA, M. K.L. (Org.). *Antropologia, História e Educação*. São Paulo: PAPESP/MARI, 2001.

TASSINARI, Antonella M. I.. **No Bom da Festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: EDUSP, 2003.